

À(O) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA COMPANHIA CAMPO LARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Edital de Licitação de nº 032/2025

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão que declarou vencedora da licitação em epígrafe a empresa **PLANUS SERVICE LTDA** - CNPJ: 03.802.837/0001-42, com fulcro no art. 165 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos expostos a seguir.

I - DA TEMPESTIVIDADE

O presente Recurso é tempestivo, uma vez que apresentado dentro dos 03 (três) dias úteis ulteriores à aceitação da manifestação da Recorrente contra a decisão que declarou vencedora a empresa recorrida, como previsto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

II - DOS FATOS

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, instaurou o processo licitatório de nº 032/2025 visando: *"à contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta-feira, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação."*

Após a etapa competitiva, a empresa recorrida foi declarada vencedora do certame. Contudo, ao se analisar sua documentação, constata-se que: **(i)** para fechar a planilha ao lance ofertado, realizou alterações da planilha final, estando o valor do vale transporte em desacordo com o custo efetivo da tarifa do município; **(ii)** não houve a demonstração da exequibilidade, considerando a incompatibilidade do regime do Simples Nacional e o do Lucro Presumido; **(iii)** CNAE incompatível com o objeto do contrato e; **(iv)** atestado de capacidade técnica inválidos.

Deste modo, tratando-se de exigências essenciais, alternativa não restou à Recorrente, se não a apresentação do presente recurso, com vistas a garantir a prevalência da legalidade e a obediência aos princípios que regem os processos licitatórios.

III - DAS RAZÕES DO RECURSO

III.1 DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA PLANUS SERVICE LTDA E AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

No tocante à proposta apresentada pela empresa PLANUS SERVICE LTDA, denota-se a existência de vícios que ensejam sua desclassificação, por afronta direta às disposições do edital e à legislação aplicável.

Observa-se que, a proposta apresentada pela empresa PLANUS SERVICE LTDA revela clara prática de jogo de planilha, expediente expressamente vedado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores e do TRF da 4ª Região.

Conforme se observa, a **licitante procedeu a alterações significativas na planilha de custos**, ajustando valores unitários e percentuais previamente informados, apenas para fechar o valor global ao lance final ofertado, sem qualquer justificativa técnica ou respaldo documental.

Entre as inconsistências constatadas, destacam-se:

- redução indevida da tarifa de vale-transporte em Campo Largo de R\$ 6,00 para R\$ 5,65, em desacordo com o custo efetivo vigente no município;
- alteração do percentual de "substituto para cobertura de férias" de 9,08% para 8,33%, em contrariedade ao parâmetro inicialmente informado;
- diminuição drástica dos valores destinados a "uniformes/EPI", de R\$ 48,27 para R\$ 10,00, comprometendo a exequibilidade da contratação.

Com relação aos itens citados, assim consta na **planilha inicial**:

2.3 SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS							Valor R\$
A	Aux. Transp.:	Nº de dias	22	Nec. Diária	2	Valor de V.T.	R\$ 6,00
A.1	Dedução do auxílio transporte	R\$	1.988,00	Percentual:	6%	Valor	R\$ 119,28
B	Auxílio-alimentação						R\$ 644,00
B.1	Valor diário do vale alimentação	Nº de dias:	22	Valor mensal:	R\$	805,00	
B.2	Dedução do vale alimentação	Percentual:	20%	Dedução:	R\$	161,00	
B.3	Auxílio alimentação em férias	Percentual:	8,3%				R\$ 67,06
C	Assistência Médica e Familiar			Valor func.:	R\$	87,50	R\$ 87,50
D	Auxílio Creche	Valor:	R\$ 173,00	Percentual:		0,00%	R\$ -
E	Intervalo Intra jornada						R\$ -
F	Fundo de Formação						R\$ 28,00
G	Benefício Social Familiar						R\$ 28,00
	Total do Submódulo 2.3						R\$ 999,28
	TOTAL DO MÓDULO 2						R\$ 2.053,84

MÓDULO 4 - CUSTO PELA REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Percentual %	Valor R\$
A	Substituto na Cobertura de Férias			9,08%	R\$ 184,14
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais			0,28%	R\$ 5,63
C	Substituto na Cobertura de Licença paternidade			0,02%	R\$ 0,42
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho			0,63%	R\$ 12,78
	TOTAL DO MÓDULO 4				R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			Valor R\$
A	Uniformes/EPI		R\$ 48,27
B	Seguro de Vida		R\$ -
C	Outros		R\$ -
	TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 48,27

E na planilha final:

Total do Submódulo 2.2							36,8%	R\$	829,23	
2.3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS							Valor R\$		
A	Aux. Transp.:	Nº de dias	21	Nec. Diária	2	Valor do V.T.	R\$	5,65	R\$	118,02
A.1	Dedução do auxílio transporte		R\$	1.988,00	Percentual:	6%	Valor	R\$	119,28	
B	Auxílio-alimentação								R\$	644,00
MÓDULO 4 - CUSTO PELA REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE										
CUSTO PELA REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							Percentual %	Valor R\$		
A	Substituto na Cobertura de Férias						8,33%	R\$	168,93	
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais						0,28%	R\$	5,63	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS										
MATERIAIS / UNIFORMES								Valor R\$		
A	Uniformes/EPI							R\$	10,00	
B	Seguro de Vida							R\$	-	
C	Outros							R\$	-	
TOTAL DO MÓDULO 5								R\$	10,00	

Tais alterações configuram nítida tentativa de manipular a planilha para ajustar o preço global, em flagrante violação ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório** (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e ao **julgamento objetivo**.

O TRF da 4ª Região já decidiu em situação idêntica:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. **AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA.** 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração, **mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação.** 2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração. 3. **A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões** cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha. 4. Mesmo que o critério de julgamento do edital seja pelo menor preço global, se o certame, por alguma razão de sua conveniência, vinculou a todos declinarem apenas o percentual de BDI no item, fere o princípio da isonomia e da impessoalidade permitir que um dos licitantes possa reajustar após encerramento das propostas, sem adequada justificativa, a única variável do item, no caso o percentual de BDI. 5. **Não se trata de mera correção de erro material de planilha, mas de novo cálculo, executado com objetivo de reduzir a proposta para adequar-se ao próprio valor global declinado, após já estar ciente de todas as propostas apresentadas no certame.**

(TRF-4 - AC: 50491124520174047100 RS, Relator.: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 19/09/2018, 4ª Turma)

É importante verificar, ademais, que a alteração dos valores dos itens na planilha, ocasiona a inexecutabilidade da proposta, justamente porque muitos desses valores diminuiriam muito mais de 50% do valor original orçado pela empresa.

Além disso, observa-se, que os serviços de vigia pressupõem a adoção do regime

do Lucro Presumido ou Real e não foram contemplados na planilha de custos margem suficiente para o adimplemento das obrigações fiscais incidentes. Ou seja, a recorrida deixou de prever valores para suportar as despesas de IRPJ (4,80%) e CSLL (2,88%) sobre a receita bruta mensal, **resultando na ausência de cobertura mínima para o cumprimento das obrigações tributárias.**

Veja-se como está na planilha:

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
	Base para Cálculo do Módulo 6 (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5)		R\$ 4.379,84
A	CUSTOS INDIRETOS	0,08%	R\$ 3,67
B	LUCRO	0,09%	R\$ 3,94
	Subtotal		R\$ 7,61
C	TRIBUTOS (Por dentro)		
C.1	Base de Cálculo (Apuração do coeficiente = ((BC Mod. 6 + CI + L)/1-Tributos)	0,9335	R\$ 4.700,00
C.2	COFINS	3,00%	R\$ 141,00
C.3	PIS	0,65%	R\$ 30,55
C.4	ISS	3,00%	R\$ 141,00
	Total dos Tributos		R\$ 312,55
	TOTAL DO MÓDULO 6		R\$ 320,16
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
A	MÓDULO 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.028,00
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.013,75
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 30,48
D	MÓDULO 4 - Custo pela Reposição do Profissional Ausente		R\$ 297,61
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos		R\$ 10,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.379,84
F	MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 320,16
	CUSTO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.700,00

Registra-se que no Lucro Presumido a base de cálculo é de 32% da receita bruta, sobre a qual incidem as alíquotas de 4,8% (IRPJ) e 2,88% (CSLL), independentemente do resultado econômico alcançado pela empresa. Ou seja, basta haver faturamento para que o tributo seja devido, não sendo possível eliminar ou reduzir tais encargos de forma discricionária.

Dessa forma, a exclusão ou a subestimação dos custos referentes ao IRPJ e à CSLL na planilha de formação de preços revela-se manifestamente desarrazoada e conduz, inevitavelmente, à apresentação de proposta inexecutável.

Se a própria finalidade da planilha de custos é assegurar a viabilidade econômico-financeira da execução contratual, minimizando os riscos de inadimplemento, não se pode admitir que margens de lucro inferiores a 5% sobre o faturamento, sejam suficientes para suportar não apenas o lucro, mas também o pagamento dos tributos federais obrigatórios. Tal inconsistência, por si só, caracteriza a inexecutabilidade da proposta, impondo a necessária desclassificação do licitante que deixa de contemplar adequadamente tais despesas

Ainda que se argumente, com base na Súmula 254 do TCU, que não há vinculação absoluta entre as rubricas da planilha e a estrutura de custos interna da empresa, não se pode

olvidar que compete à licitante demonstrar a exequibilidade de sua proposta e a capacidade de cumprir todas as obrigações decorrentes da execução contratual, inclusive as de natureza tributária.

Ao não comprovar que sua proposta comporta a cobertura das despesas fiscais obrigatórias, a recorrida comprometeu a viabilidade econômico-financeira do ajuste, pois deixou de demonstrar a compatibilidade entre a sua proposta e os custos decorrentes da execução contratual. Logo, a proposta deve ser considerada **inexequível e, por conseguinte, desclassificada**, sob pena de se transferir à Administração os riscos de futura inadimplência contratual.

Dessa forma, resta evidente que a conduta da PLANUS SERVICE LTDA caracteriza vício insanável na proposta, impondo a sua imediata desclassificação, sob pena de se admitir prática atentatória à isonomia, à competitividade e à própria seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

III.2 DA INABILITAÇÃO - ATIVIDADE INCOMPATÍVEL E ATESTADO INVÁLIDO

A - ATIVIDADE - INCOMPATIBILIDADE COM O OBJETO CONTRATADO

De início, observa-se que a empresa declarou adotar o sistema de tributação pelo Simples Nacional. No entanto, as atividades previstas no objeto da contratação: “serviços de *Vigilância Desarmada*” enquadram-se no CNAE nº 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária, que é expressamente vedado a empresas optantes pelo Simples Nacional. Essa vedação está prevista no art. 8º, § 1º, da Resolução CGSN nº 140/2018, que remete ao Anexo VI da mesma norma, o qual lista as atividades impeditivas, incluindo o referido CNAE:

Art. 8º Para fins de identificação de atividade cuja natureza impede o ingresso no Simples Nacional, serão utilizados os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) informados pela ME ou pela EPP no CNPJ. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 1º **O Anexo VI relaciona códigos da CNAE correspondentes a atividades impeditivas do ingresso no Simples Nacional.** (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

ANEXO VI Códigos previstos na CNAE impeditivos ao Simples Nacional

Subclasse (Redação dada pela Resolução CGSN Nº 143 DE 11/12/2018, efeitos a partir de 01/01/2019).	DENOMINAÇÃO (Redação dada pela Resolução CGSN Nº 143 DE 11/12/2018, efeitos a partir de 01/01/2019).
6912-5/00	CARTÓRIOS
7820-5/00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
7830-2/00	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8112-5/00	CONDOMÍNIOS PREDIAIS
8299-7/04	LEILOEIROS INDEPENDENTES
8411-6/00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL

A Lei Complementar 123 de 2006 assim dispõe:

Art. 17. **Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:** [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 167, de 2019\)](#)

(...)

XII - **que realize cessão ou locação de mão-de-obra;** (...)

O Tribunal de Contas da União, já decidiu sobre o tema, ao julgar procedente a representação, processo nº 013.038/2011-7, e **determinar que a entidade contratante não efetivasse a prorrogação de contrato com licitante que participou e foi contratada para prestação de serviços, caracterizado como locação de mão de obra, estando enquadrada no regime de recolhimento de tributos do simples nacional**, o que é vedado pela legislação e procedesse a realização de novo processo licitatório.

Vejam os trechos do Acórdão 2510/2012-Plenário:

(...) ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, incisos XXI e XXVI, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.3. **determinar ao Banco da Amazônia S/A que não efetive a próxima prorrogação do contrato 2011/073, firmado com a empresa Stilo Terceirização Ltda., caso ele ainda esteja vigente, devendo providenciar, se assim desejar, nova licitação para contratação dos serviços de condução de veículos, copeiragem e condução de elevadores nas suas dependências;**

Diante de todo o exposto, resta evidente a incompatibilidade entre o regime tributário da empresa licitante (Simples Nacional) e o objeto contratado, que se configura, na prática, como locação de mão de obra, atividade vedada àquele regime conforme disposto no art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no art. 8º da Resolução CGSN nº 140/2018.

Observa-se ainda que inexistia a atividade compatível com o objeto contratado (locação de mão de obra), ao analisar a atividade principal no comprovante de inscrição e de situação cadastral:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.802.837/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/05/2000
NOME EMPRESARIAL PLANUS SERVICE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PLANUS SERVICE		PORTO ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente		
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 49.23-0-01 - Serviço de táxi 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		

A empresa não apenas atua em desconformidade com o regime tributário ao qual está vinculada, como também não possui atividade compatível com o objeto licitado, incorrendo em flagrante violação ao princípio da legalidade e da isonomia, gerando desequilíbrio competitivo no certame ao concorrer com valores reduzidos decorrentes de um tratamento tributário indevido, o que, por si só, compromete a lisura do processo licitatório.

Importa salientar que a manutenção da habilitação de empresa nessa condição poderá implicar em responsabilidade solidária da Administração contratante, uma vez que, ao contratar prestadora de serviço que não atende às exigências legais para operar no regime pretendido, expõe-se à possibilidade de autuações fiscais, desconsideração da personalidade jurídica da contratada e até mesmo repercussões trabalhistas.

Dessa forma, o vício não é meramente formal, mas sim material e insanável, devendo ser reconhecida a inabilitação da empresa licitante, por não preencher os requisitos legais e editalícios exigidos para a contratação.

B - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Para fins de comprovação de qualificação técnica, o edital dispõe:

13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação.

II - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

E a Lei nº 14.133/21:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(..)

I - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

(...)

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou **atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação**, em períodos sucessivos ou não, **por um prazo mínimo**, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

Interpretando de forma sistemática os dispositivos, tem-se a necessidade de **comprovação de execução de atividades compatíveis com complexidade tecnológica e**

operacional equivalente ou superior, devendo assim ser **considerado a compatibilidade** em **características, quantidades, e prazos com o objeto licitado**.

Nesse sentido, vale rememorar que o objeto da licitação se refere a contratação de empresa para prestar **serviços de Vigilância Desarmada**, conforme especificações contidas, **pelo período de 12 meses**.

Primeiro, constata-se os atestados apresentados pela empresa não demonstram o cumprimento da qualificação técnica exigida pelo edital.

Isso porque da análise do atestado emitido pela Câmara Municipal de Balsa Nova/PR, verifica-se que comprova apenas a execução de **serviços de limpeza e de recepção, além de não constar o prazo de execução**. Logo, não pode ser considerado.

Deste modo, evidencia-se que o documento apresentado não atende a exigência mínima editalícia, especialmente quanto à compatibilidade de objeto, características, quantidades e prazos exigidos para a habilitação técnica.

Ademais, ainda que se admitisse, em tese, o cumprimento parcial das exigências, o fato é que **o atestado apresentado se refere a serviços prestados enquanto a empresa era optante pelo Simples Nacional, regime incompatível com atividades de cessão/locação de mão de obra, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006**.

Ou seja, é impossível afastar a irregularidade: tratando-se de objeto incompatível com o regime do Simples Nacional – como é o caso da locação de mão de obra –, não há como a empresa comprovar experiência válida na execução desse serviço. Caso tenha realizado a atividade, certamente o fez de forma ilegal, razão pela qual a Administração, ao aceitar o atestado apresentado, estaria cancelando documento inidôneo e juridicamente inválido.

Em caso análogo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, já decidiu pela inabilitação de empresa que, embora alegasse possuir capacidade técnica, havia prestado serviços de cessão/locação de mão de obra enquanto enquadrada no Simples Nacional (de forma ilegal), o que compromete a idoneidade da documentação apresentada. Veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. **DESCLASSIFICAÇÃO. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. VEDAÇÃO LEGAL.** 1. A Lei Complementar nº 123/2006 veda que empresas do Simples Nacional prestem serviços de cessão de mão de obra. 2. A utilização de atestados referentes a serviços de cessão de mão de obra para comprovar a capacidade técnica em licitação gera incerteza e questiona a idoneidade

da documentação apresentada. Precedentes. 3. Caso concreto em que, apesar do argumento da apelante de que possui capacidade técnica, o fato de ter prestado serviços de cessão de mão de obra enquanto optante do Simples Nacional levanta dúvidas sobre a validade dos atestados para fins de qualificação técnica. Assim, a irregularidade na prestação de serviços durante o período em que a apelante era optante do Simples Nacional impacta diretamente a avaliação da capacidade técnica. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 51743658020238210001, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Diego Carvalho Locatelli, Julgado em: 12-02-2025)

Por todo o exposto, não há outra alternativa a não ser a inabilitação da empresa, considerando além de todos os fundamentos já alegados, a possibilidade da administração, nos termos da Súmula 473 do STF, de anular/revogar seus próprios atos, sempre que constatar qualquer ilegalidade.

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se, o recebimento e conhecimento do recurso para:

- a) O recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para o fim de **declarar a desclassificação e inabilitação** da empresa PLANUS SERVICE LTDA do processo licitatório de nº 32/2025 - COCEL/PR;
- b) O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso não seja realizado o juízo de retratação, o que se admite apenas como argumentação, para que então, se proceda a reforma da decisão.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Joinville/SC, 22 de agosto de 2025

Assinado de forma digital
ANDRESSA DE MELLO GARMUS
OAB/SC 61550